



ATA Nº 4/2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Luís Filipe Santana Dias, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais Filipe Montez Coelho Madeira, Inês Guerra Vargas, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco e Mário João das Neves Flores e ainda dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Alcobertas, Fráguas e Rio Maior, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e vinte minutos, verificando-se a existência de quórum (29 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 3/2019 referente à sessão ordinária de 27 de abril. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 3/2019 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 19 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, Tiago Filipe Francisco Santos, Jorge Henrique Marcelino Paiva, António Manuel da Silva Moreira, Maria Inês de Aleluia Gomes



Sequeira, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, o Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, o Secretário da Junta de Freguesia de Alcobertas e o Secretário da Junta de Freguesia de Rio Maior (29 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, deu conhecimento de que foi apresentado na Mesa um voto de pesar proposto por todos os grupos municipais (anexo 3), lido pelo Primeiro Secretário, discutido no período de antes da ordem do dia e votado logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----
- Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo -----
- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João -----
- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----
- Deputada Liliana Marques Alonso -----
- Deputada Anabela Costa Azenha -----
- Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira -----
- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----
- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----
- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----
- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu início à sua intervenção manifestando o profundo pesar pelo falecimento de dois amigos, Carlos Manuel Cruz da Costa e Jaime Manuel Frazão dos Santos, e acima de tudo de duas pessoas muito importantes para o município e que dificilmente se conseguirá ocupar o vazio por eles deixado e pelo empenho que sempre demonstraram no trabalho em prol da memória coletiva. Reconhecendo que hoje se vive num mundo virtual ressalvou, no entanto, a importância dos instrumentos tradicionais de transporte e dinamização de ideias e dos acontecimentos que carecem muito de papel e de voz humana e que estes dois homens conseguiram levar bem longe através da rádio e do jornal. Salientou a o vazio deixado relativamente à ocupação destes papéis e destas competências no Município de Rio Maior. -----

----- De seguida referiu-se também a outro homem que faleceu recentemente, Rubén de Carvalho, e salientou a sua importância na estruturação do pensamento e na defesa do combate de ideias, tendo, durante a sua vida, proporcionado momentos únicos e que, de certo modo, transportaram uma nova visão da política e proporcionaram debates que traziam um valor acrescentado a quem acha que a política é essencial para a cidadania e para a manutenção da paz social. -----

----- No âmbito das Comemorações do 10 de Junho, quis também referir-se a João Miguel Tavares que, à sua maneira, conseguiu colocar sobre a mesa uma série de assuntos que são determinantes para o futuro e sobre as quais se deve começar a refletir e a criticar, nomeadamente a corrupção, a saúde, a justiça e outros temas que hoje merecem destaque e reflexão. Disse ter-se sensibilizado pelo facto de um jovem jornalista ter ousado colocar o “dedo na ferida” e provocado o debate em vários fóruns acerca de temas impactantes na sociedade. -----

----- De seguida quis referir-se ao exercício do mandato e à sua dificuldade de o conceber “sentado nestas cadeiras” e que será altura de se começar o contacto com o mundo rural, de ser conhecido por quem pertence a esta Assembleia para que possam perceber as expectativas, os anseios e as dificuldades do meio rural e das periferias, nomeadamente o envelhecimento, convidando todos os membros a ousarem visitar estes locais para terem uma outra perceção do que se vai tentando transmitir nas intervenções na Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente às questões das Cidades Educadoras disse que Rio Maior tem participado numa série de fóruns e que este é um processo do qual é adepto e que



poderá levar ao despertar de consciências através de ações de alerta em diversas situações como por exemplo o gasto excessivo de água, que do ponto de vista da educação dos cidadãos começa a fazer algum sentido transformar os metros cúbicos em litros para que haja a clara perceção do que se gasta e do uso que fazemos da água. Disse saber que a Câmara tem estado envolvida em algumas ações enquanto Cidade Educadora e que passa muito por este tipo de ações e pelo envolver dos cidadãos de forma a fazê-los entender que a mudança depende de todos e que é com o seu contributo que poderemos manter e preservar o que temos. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Informou que a Assembleia da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo rejeitou por unanimidade a delegação de competências no âmbito do decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril e que a rejeição não se deve ao facto de não as quererem, mas sim pelo facto de existirem muitas dúvidas sobre a transferência em causa e, por isso, ser necessário mais tempo para se esclarecer e as mesmas serem aceites em consciência. -----

----- De seguida solicitou esclarecimentos acerca do perigo de derrocada da estrada entre as Quintas e a Azinheira resultante da extração de areias quem tem vindo a ser feita pela Sifucel Sílicas, S.A. e que diligências os serviços municipais tiveram no sentido de preservar a segurança dessa via. -----

----- Para terminar demonstrou o seu agrado pela sensibilidade que o Executivo tem demonstrado na área social, investindo no bem-estar dos munícipes, sendo disso exemplo a assinatura do contrato com a empresa responsável pela ampliação e requalificação das Creches da Chainça e de Malaqueijo, para colmatar uma necessidade que tem vindo a crescer no concelho e que é, sem dúvida, uma mais-valia para todos. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Informou acerca do desenvolvimento do processo de transferência de competências do Município para as Juntas de Freguesias, das reuniões realizadas acerca da matéria e disse que, embora a opinião unânime seja favorável à atribuição de



novas competências, não é aceitável que o Governo faça este tipo de pressão sobre os presidentes de junta que, grande parte das vezes, desempenham o cargo com total abnegação e esforço pessoal e familiar. Afirmou que é inaceitável que se exija que seja tomada uma decisão tão importante em trinta dias. -----

----- Salientou ainda que se desconhecem o conjunto de implicações destas transferências, não só a nível financeiro, mas também a nível de recursos humanos, de formação e organização, pelo que foi deliberado pela Assembleia de Freguesia que não estariam reunidas as condições para que a freguesia possa assumir, em 2019 e 2020, tais competências, decisão essa já comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). -----

----- Referiu ainda que após análise à atual delegação de competências contratualizada pode concluir que algumas daquelas competências que agora querem atribuir às freguesias já são da responsabilidade e, por isso, deixa a proposta ao Executivo de que a negociação que é feita anualmente neste âmbito, possa começar de imediato para o ano de 2020, permitindo que a mesma seja trabalhada e estruturada em função da delegação das competências definitiva em 2021. Reiterou que é preciso tempo, informação, formação e do imprescindível apoio da Câmara Municipal de Rio Maior para que possa ser avaliada e estudada a melhor maneira de fazer face ao futuro. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra conforme documento entregue. -----

----- “Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento toda a Assembleia. -----

----- De 1 a 5 de maio realizou-se mais uma Semana da Juventude. Esta Semana da Juventude tem um balanço final positivo, uma vez que voltou a envolver jovens e comunidade em geral, num conjunto de atividades que culminaram numa noite de grande festa, com mais uma edição da Neon Run, que juntou cerca de 1400 participantes a que se juntaram muitos mais para o tão aguardado concerto da artista Blaya, que se seguiu. Durante 5 dias, a organização estima que cerca de 7500 jovens, e menos jovens, estiveram envolvidos num conjunto de atividades que mais uma vez não esqueceram a população sénior, este ano com a realização do "Dia Solidário", com animação e jogos nas várias IPSS do Concelho de Rio Maior. Sem dúvida uma das grandes apostas desta semana que conseguiu envolver os nossos jovens com as diferentes realidades que se vive nas nossas IPSS. Cada grupo de jovens levou o que de melhor sabia nas áreas da música /teatro /desporto /canto /poesia, para dar aos utentes um dia diferente. -----



----- Uma outra novidade deste ano foi um dia dedicado aos Jogos em Família. Esta Semana da Juventude contou ainda com a 7ª edição da Kids Bike Tour, com Ateliers, Workshop's, a VI Mostra Rio Ensino Superior, uma noite de Tunas e mais uma edição do RM Talentos, que voltou a esgotar a sala do Cineteatro de Rio Maior, numa grande noite que elegeu Tatiana Abrantes, como o novo Talento de Rio Maior. -----

----- Por fim, mantendo a “descentralização da semana da juventude” que se iniciou no ano passado, realizou-se um dia de atividades na Freguesia de Arrouquelas, com uma oficina de alimentação saudável e caminhadas de sensibilização ambiental. Pelo feedback, que os jovens com quem trabalho diariamente me foram dando, concluo que foi uma semana muito enriquecedora a vários níveis, portanto uma semana bem conseguida! -----

----- Quero também dar os parabéns pelos já evidentes excelentes resultados do Projeto Piloto “Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social”, que teve seu início no dia 3 de maio de 2019. Com o término da RLIS - REDE LOCAL DE INTERVENÇÃO SOCIAL, todos os atendimentos e acompanhamentos sociais passavam a ser da competência da Segurança Social. Assim sendo, o atendimento que era prestado por duas técnicas da RLIS durante 5 dias por semana passaria a ser feito por uma única técnica da segurança social 1 vez por semana. A técnica da segurança social seria ainda responsável por toda a parte administrativa dos processos, assim como todas as visitas que até então eram asseguradas pela RLIS. Visto que a transferência de competências no âmbito social ainda se prevê longínqua e que esta nova forma de atendimento e acompanhamento social escolhida pelo atual governo seria um considerável retrocesso no serviço prestado aos nossos munícipes, entendeu, (e bem!) a Ação Social da Camara Municipal de Rio Maior que teria que tomar medidas para que o atendimento e acompanhamento social voltasse a ter a dignidade e competência que os nossos munícipes merecem, sobretudo porque se trata de pessoas com graves vulnerabilidades. Nesse sentido, a Camara Municipal contratou as duas técnicas que anteriormente pertenciam ao projeto da RLIS e desenhou, em parceria com a Segurança Social, um projeto piloto de atendimento e acompanhamento social, que foi pioneiro nos municípios em que este serviço era assegurado pela RLIS. -----

----- Tendo em conta a diferente realidade que o concelho vive no que respeita à emigração, decidiram também alargar o campo de ação e, no mesmo espaço, funciona também o Gabinete de Apoio e Integração do Emigrante. As atividades desenvolvidas pelas 2 técnicas são: -----



----- Atender, aconselhar e encaminhar para serviços e apoios, as pessoas em situação de vulnerabilidade; -----

----- Acompanhar as pessoas em situação de inserção social e de fortalecimento de competências e suporte familiar; -----

----- Efetuar visitas domiciliárias sociais e de saúde (em articulação com o Centro de Saúde); -----

----- Informar e apoiar o processo de acolhimento e integração de imigrantes; -----

----- Articular os recursos locais para otimização de respostas. -----

----- Este projeto está a funcionar na Loja do Cidadão, das 9h às 16h e durante o mês de maio, o seu primeiro mês de funcionamento, efetuaram 97 atendimentos sociais, 6 visitas domiciliárias sociais e 8 visitas domiciliárias na área da saúde e 40 atendimentos no âmbito do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM). Estamos agora com um serviço de atendimento e acompanhamento de excelência no concelho de Rio Maior! -----

----- Naturalmente, pelo sucesso que temos tido com esta nova realidade de atendimento social, o município já foi parabenizado pela Segurança Social, pela coragem de tomar a dianteira deste novo processo e pelo sucesso dos resultados obtidos. Já há outros concelhos que estão a seguir o exemplo de Rio Maior e a tentar implementar o mesmo sistema. O nosso exemplo foi dado como referência na plataforma supraconcelhia que junta todos os responsáveis pela área social dos municípios da Lezíria. É de lamentar que, a Camara Municipal de Rio Maior e os outros municípios que seguirão o nosso exemplo, tenham de assumir o papel do Governo, que por uma questão que penso ser meramente economicista, decidiu não dar continuidade à RLIS, obrigando os municípios a arranjar mecanismos para dar o necessário apoio a esta franja, tão vulnerável, da nossa comunidade.” -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar se a Loja do Rio se encontra fechada ou não e quais os motivos que justificam a sua não abertura com carácter regular. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra conforme documento entregue. -----



----- “Em Asseiceira no ano de 2019 foi concluída a obra de um muro, mais precisamente na Rua da Ribeira, na Ribeira de Santo André, Freguesia de Asseiceira. O terreno/prédio onde foi construído o referido muro é particular. O proprietário do terreno é uma empresa denominada “Encanto Rupestre – Compra e Venda de Imóveis Unipessoal, Lda. Encontra-se tal terreno registado na CRPredial, com as seguintes confrontações, a norte com Luís Marcelino, sul e nascente com estrada e poente com próprio. A obra está muito bem feita, e de facto aquela rua foi embelezada, contudo, algumas dúvidas se levantam acerca da obra, que se querem ver esclarecidas. -----

----- Tendo a população de Asseiceira se apercebido daquela obra, começou a ser questionado se havia sido o proprietário a realizar a mesma, sendo que rapidamente se aperceberam que não. O vento trazia a notícia que a obra havia sido feita pela CMRM. O eleitos locais do Partido Socialista, na Junta de Freguesia de Asseiceira, perguntaram em Assembleia de Freguesia, quem havia realizado a obra, sendo que a resposta dada pela Senhora Presidente da Junta, foi a seguinte: “Quanto à obra do muro da Rua da Ribeira na Ribeira de Santo André, o custo para a Junta de Freguesia foi zero, tendo sido o valor da construção suportado na totalidade pela Câmara Municipal de Rio Maior.”-----

----- Muitas das pessoas de Asseiceira, se disponibilizaram para ceder 1 ou 2 metros de terreno para a estrada, em troca de uma intervenção semelhante, i.e., para que intervenção semelhante fosse feita nos terrenos particulares. -----

----- Questões: -----

----- 1. Foi o procedimento administrativo tendente à realização de tal obra, devidamente cumprido, i.e., realizou a CMRM a obra com o devido suporte legal? -----

----- 2. Se a resposta à pergunta anterior for sim, qual o critério para a realização da obra cujas fotografias ora se exibem e se pede que fique tal facto registado em acta?. -

----- 3. Porque se entendeu realizar obras naquele terreno particular e se permite que num outro terreno particular, com perigo de derrocada de muro, uma situação se mantenha por quase 10 anos e nada foi feito? Refiro-me, concretamente, ao muro da Estrada da Bairrada na mesma Freguesia de Asseiceira e cujas fotografias aqui também se exibem? (anexo 4) -----

----- Requer-se ao Senhor Presidente que esta minha declaração seja transcrita *ipsis verbis* para a acta desta sessão.” -----

----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para fazer referência ao negócio fechado pela Câmara Municipal relativamente ao edifício da antiga central rodoviária situado na Avenida João Ferreira da Maia que é agora propriedade do município, resultado da permuta com o prédio sito na Rua do Matadouro que já era utilizado pela Rodoviária do Tejo como zona de estacionamento e lavagem das suas viaturas. Acrescentou que face à diferença de valores resultante da avaliação dos dois prédios, o Município de Rio Maior pagou ainda o montante de quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta euros à Rodoviária do Tejo. –

----- Referiu ainda que o futuro daquele edifício passará pela elaboração de um projeto de recuperação e remodelação que se encontra em estudo com o objetivo de devolver o seu uso em prol da comunidade riomaiorense. Deu conhecimento que no momento da escritura os responsáveis das duas entidades aproveitaram para estabelecer contactos no sentido de poder ser estudada a possibilidade de criar circuitos de transportes urbanos em Rio Maior com o recurso a veículos que promovam a mobilidade urbana sustentável ligando vários serviços e infraestruturas públicas da cidade. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por solicitar que as questões que vai colocar lhe pudessem ser respondidas por escrito. Questionou, em primeiro lugar, acerca da obra que está a decorrer no Alto da Serra, executada pela empresa Panificadora Costa & Ferreira e sobre a qual já tinha anteriormente questionado o Vereador com o pelouro. Continuou dizendo que na altura lhe foram prestadas as informações e que pelo que lhe foi dado a saber a obra iniciou-se sem licenciamento, continua a decorrer sem ter o aviso de licenciamento, e que essa obra, para além destas supostas irregularidades, irá criar um elevadíssimo trânsito de veículos pesados numa estrada em que o trânsito a veículos pesados é proibido. Disse desconhecer como se irá efetuar o trânsito e qual o sentido do mesmo, assim como não sabe se a obra tem sido fiscalizada, já que vê na mesma alguma irregularidades, nomeadamente a altura dos muros. Por isso, solicitou que lhe pudesse ser enviado por escrito o projeto e os autos de fiscalização da obra, já que lhe parece estranho a volumetria, o facto de haver um terreno que era Reserva Agrícola Nacional e que agora é para construção. No entanto, salientou que lhe foi respondido a todas as perguntas



que fez por email na altura, e que agora gostaria de questionar estas situações e sobre o desenrolar da situação. -----

----- Em segundo lugar questionou se as obras da Praça da República já estão concluídas e quanto custaram ao município. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se às últimas eleições europeias disse que Portugal se encontra a ser falado na europa pelas piores razões dada a alta abstenção neste último ato eleitoral. Não obstante essa situação, quis apontar o excelente resultado do Partido Socialista (PS) nas mesmas, nomeadamente no distrito de Santarém, e que muito desse resultado se deve à candidata que o partido teve nas suas listas e que é também vereadora da Câmara Municipal de Rio Maior, a Vera Simões, a quem endereçou os parabéns. Deu também os parabéns ao professor Augusto Figueiredo pela campanha que fez apesar da Coligação Democrática Unitária não ter conseguido os resultados que pretendia. Por fim desejou que o resultado alcançado pelo PS possa ser repetido e até melhorado nas próximas eleições legislativas. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se congratular pelo prémio atribuído ao Município de Rio Maior pelo projeto “Presépios de Sal - Aldeia Natal” como Melhor Evento de 2018 do Ribatejo, agradecendo a todos envolvidos o sucesso do evento e que permitiu realçar o esforço conjunto do município, empresários locais e Cooperativa do Sal. -----

----- De seguida referiu-se ao projeto de alteração e ampliação das creches de Malaqueijo e Chainça, realçando que se trata de uma obra de cerca de seiscentos e cinquenta mil euros e que num país a envelhecer é com satisfação que vê o concelho de Rio Maior a executar ampliações de creches. -----

----- Deu também os parabéns à judoca Yahima Ramirez, da Casa do Povo de Rio Maior, que vai entrar em competição nos jogos europeus na Bielorrússia desejando-lhe as maiores felicitações e que tudo corra pelo melhor. -----

----- Relativamente ao voto de pesar apresentado disse que o mesmo já refere a importância destes dois riomaiorenses proponho, em homenagem às suas memórias, um minuto de silêncio. -----



----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referiu ao falecimento do Senhor Carlos Manuel, pessoa que durante décadas se interessou pelo concelho, pelo desenvolvimento e pela partilha de informação de uma forma isenta e séria e que foi responsável pelo único documento de imprensa escrito existente no concelho e que mais tarde, por falta de meios, se viu obrigado a cessar a impressão. Acrescentou que a com a sua morte, desapareceu a pessoa que fazia realmente jornalismo e imprensa escrita em Rio Maior, e que não compreende como não se consegue manter um órgão de comunicação escrita no concelho que, a seu ver, é o que fica para a prosperidade. Deixou, por tudo isto, uma sincera homenagem ao Senhor Carlos Manuel, sugerindo que possa ser equacionada a atribuição do seu nome a uma rua do município. -----

----- De seguida continuou por se referir ao estado de conservação do jardim municipal e à flagrante falta de rega do mesmo colocando em risco o mais emblemático e útil espaço verde e de lazer da cidade, que por tantos é frequentado e onde se realizam muitos dos eventos realizados pelo município. -----

----- Terminou por se referir à transferência de competências e à aceitação das mesmas, pelo Município de Rio Maior, no âmbito da educação. Disse que no documento que constituiu a proposta vem referido que pela avaliação realizada não estariam reunidos os pressupostos necessários para a sua execução com todas as garantias, causou-lhe alguma surpresa que se tenha aceite a transferência e que, perante isso, quais foram os valores e condições acordadas para essa transferência e quais os valores apresentados à Senhora Secretária de Estado para as obras referidas no documento relativamente às escolas sede do concelho. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar a palavra à Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos necessários, dirigiu-se ao Deputado Guilherme Gaboleiro dizendo-lhe que concorda em pleno com o que disse e endereçou os seus parabéns ao PS pela vitória que obteve e em particular à Vereadora Vera Simões pelo trabalho exaustivo. No entanto, não quis deixar de dizer que a abstenção é o cancro da nossa democracia e essa abstenção deve-se apenas aos partidos do arco do poder, ou seja, ao PS, ao PSD e ao CDS. Considerou que não vale a pena fazer-se muita discussão sobre o assunto e torná-lo obrigatório, porque só se conseguirá inverter a situação com incentivos de natureza fiscal. -----



----- Relativamente ao Senhor Carlos Manuel, disse que não tinha uma grande ligação pessoal, mas tinha por ele bastante estima e consideração. O que considera lamentável é que a Assembleia Municipal, os cidadãos do concelho de Rio Maior, estejam agora a manifestar o pesar pelo falecimento dele, mas enquanto foi vivo ninguém o apoiou naquilo que todos consideram um serviço comunitário. Alertou para que todos possam aprender deste exemplo para que, no futuro, pessoas que efetivamente trabalhem em prol de toda a comunidade, sejam apoiados em vida e não apenas homenageados depois da morte. -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que também a Câmara Municipal se manifesta com grande pesar em relação ao desaparecimento do Senhor Carlos Manuel pela importância da sua ação em divulgar toda a atividade municipal, os acontecimentos relevantes e contribuir de forma inequívoca para formação da memória coletiva da história do concelho, tal como também o fez o Senhor Jaime Frazão. -----

----- Relativamente às questões enunciadas nas intervenções disse que a ampliação das creches é efetivamente uma prioridade por estarem lotadas e existir, inclusive, lista de espera e que no desenvolvimento deste processo tentou-se que fosse garantido o apoio da Segurança Social através de acordos para a admissão de novas crianças. ----

----- Acerca da transferência de competências para as juntas de freguesia concordou que é necessário começar a preparar-se a mesmas para o ano de 2020 mas, mais importante, para o ano de 2021 em que não haverá outra alternativa para as juntas senão receber essas competências. -----

----- No que respeita à Semana da Juventude agradeceu a dedicação e empenho de todos os responsáveis e intervenientes nesta organização dizendo que foram desenvolvidas diversas atividades com grande adesão e que permite a participação da comunidade e em especial da juventude. -----

----- Acerca da atividade que tem vindo a ser desenvolvida na área social, fez nota que esta será uma das competências que o Governo irá transferir para os municípios, mas que até ao momento não existe ainda um quadro definido para essa transferência. Continuou dizendo que não obstante este facto, neste entretanto, o território esteve um período sem o CLDS – Conselho Local de Ação Social de Rio Maior, que, entretanto, já



está a avançar, e ficou sem a estrutura da RLIS- Rede Local de Intervenção Social de Rio Maior, levando a que o município interviesse e disponibilizasse uma estrutura para que continuasse a ser feito não exatamente nos moldes anteriores mas que possa suprir esta falta. Informou ainda que a Câmara Municipal tomou a iniciativa de reunir com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para um melhor entendimento desta movimentação de imigrantes e a sua integração e legalização no país, ficando acordado realizar reuniões desta natureza para haver conhecimento da situação e partilha de informação. Salientou a importância que a RLIS no acolhimento de famílias e o seu reencaminhamento mediante as necessidades e as condições de cada uma, seja na área da educação, da saúde, ou outra que se identifique em sede de atendimento. -----

----- Relativamente à permuta de prédios entre a Câmara Municipal e a Rodoviária Tejo esclareceu que esta iniciativa foi desta última no âmbito do processo de certificação que está a ser implementado na empresa, no sentido de adquirir aquele prédio, evoluindo depois a negociação para a permuta dos prédios. Disse ainda que os serviços estão agora a avaliar o estado do edifício no sentido de ser recuperado e requalificado e que o mesmo tem servido de apoio às atividades desenvolvidas jardim municipal, entre outras. -----

----- Relativamente à obra de requalificação da praça, lembrou que se trata de uma obra que integra as três praças com um valor global de trezentos e oitenta e um mil euros, no âmbito do Plano Estratégico e Desenvolvimento Urbano – PEDU e que é financiada a 85%. Esclareceu que a obra ainda não está concluída, faltando essencialmente acabamentos como a ligação do painel digital, o tratamento de verniz no chão, colocação de alguns elementos de mobiliário urbano, e que o prazo de conclusão previsto é meados de julho. -----

----- Sobre o estado do jardim municipal concordou que não é o melhor e que isso se deve, em grande parte, ao conjunto de atividades e ao número de pessoas que tem frequentado as mesmas, tendo sido opção a realização das mesmas naqueles moldes e naquele local. Informou que serviços irão agora fazer um levantamento do estado e programar os trabalhos que terão que ser desenvolvidos para o recuperar. -----

----- Acerca da transferência de competências na área da educação disse que a Câmara Municipal já recebeu a informação da Secretaria de Estado da Educação e do Secretaria de Estado das Autarquias Locais a dar conhecimento de algumas situações em falta, onde consta o edifício da escola sede do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal como escola prioritária para intervenção no âmbito das negociações. Fez notar



que esta aceitação foi muito bem ponderada com os diretores das escolas e muito bem explorada em todas as vertentes para que, futuramente, não existam grandes surpresas. Disse que sempre foi favorável à descentralização de competências, que este quadro legislativo transfere automaticamente essas competências sem qualquer procedimento prévio, sendo essa a razão pela qual não há necessidade de deliberação pela Assembleia Municipal para a aceitação e apenas para a não aceitação. Acrescentou que em bom rigor a educação já é uma competência do Município desde 2009, que não existem problemas de maior, o moderno edifício da Escola Secundária passa para o município e disse confiar que este desafio foi aceite com segurança por todos os intervenientes. Para terminar referiu que a obra do edifício da escola sede do agrupamento de escolas Marinhas do Sal será de aproximadamente quinhentos mil euros, e que poderá existir a possibilidade de, no âmbito da reprogramação dos Fundos Comunitários, haver comparticipação não estando, por isso, o processo de negociação fechado. -----

---- Solicitou que pudesse ser dada a palavra aos Vereadores para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra aos Vereadores da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Vereador Miguel Filipe da Silva Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que a Loja do Rio está encerrada temporariamente porque se entra a ser reformulada, não apenas no aspecto, mas também na sua dinâmica de funcionamento com vista à promoção do turismo de Rio Maior. Informou que para além de função de montra dos produtos do concelho, a Loja do Rio será também um ponto de informação turística, passando o serviço de turismo a estar localizado naquele espaço e criando a proximidade que se pretende à comunidade e aos visitantes. Acrescentou que ao fim de semana esse ponto de informação turística estará aberto nas Marinhas do Sal e durante a semana na Loja do Rio havendo, desta forma, um ponto de informação aberto em permanência. Referiu ainda que na perspetiva da promoção do concelho a existência de visitas incorporadas numa nova oferta da Loja do Rio é uma mais valia e servirá ainda como ponto de receção aos turistas na cidade, relembrando que com a nova realidade turística que trará a abertura da Villa Romana,



é fundamental a existência de um ponto de informação e de promoção turística na cidade e a Loja do Rio é um espaço digno e preparado para o fazer. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que relativamente à obra que decorre no Alto da Serra foram enviadas as informações solicitadas na altura e, inclusive, foi demonstrada toda a disponibilidade para que o processo fosse consultado. Respondendo às questões colocadas, disse que os serviços de fiscalização embargaram a obra que iniciou sem licenciamento e que, posteriormente, o dito embargo foi levantado logo que estavam reunidas as condições para o fazer, esclareceu que aquela zona não está integrada em reserva agrícola e que o Plano Diretor Municipal (PDM) atribui a classificação de zona de armazéns e pequenas indústrias, o que pressupõe que tenha sido feito um estudo de tráfego e trânsito aquando dessa classificação. Informou ainda que, segundo se lembra, a entrada será pela Estrada Nacional 1 e que pela Estrada D. Maria apenas haverá uma entrada alternativa. Afirmou que foram cumpridos todos os procedimentos legais e condicionantes para a construção de acordo com os instrumentos de gestão territorial em vigor e reiterou a inteira disponibilidade para a consulta do processo nos serviços da autarquia. -----

----- **Vereador Luís Filipe Santana Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente à manutenção do jardim municipal informou que a rega é composta por vinte e quatro setores de gota a gota e neste momento alguns deles se encontram com problemas criando zonas onde a rega não existe e que, para a resolução desta situação, está a decorrer uma empreitada que se espera estar terminada em meados de julho, sendo que até lá os serviços técnicos da autarquia irão fazer todos os esforços para minorar os problemas gerados pela não comunicação com alguns dos sectores. –

----- Sobre a questão do muro construído na Ribeira de Santo André informou que foi construído na zona *non aedificandi* confrontante com uma via de circulação, e explicando do início disse que os danos provocados no talude existente foram provocados pela autarquia há uns anos atrás quando ali foi feita uma intervenção, levando depois à degradação na própria habitação do Senhor Carlos Pereira e da



Senhora Rosa Pereira. Numa análise mais política da situação disse que o proprietário confrontante com o muro não reclamou e que não crê que se tenha entrado em terreno particular. Concordou que todas as obras, todas as melhorias causam transtorno e, por isso mesmo, se deslocou inúmeras vezes ao local e falou pessoalmente com alguns dos moradores no sentido de dar conta da intervenção, acrescentando que desde o primeiro momento a Junta de Freguesia de Asseiceira esteve presente e acompanhou todo o processo. Informou que as obras foram efetivamente pagas pela Câmara Municipal, mas a Junta de Freguesia de Asseiceira foi muito importante na concretização da mesma. Deu ainda conta que a intervenção consistiu na construção de um muro de suporte de terras, na drenagem do terreno e na repavimentação, conduzindo as águas pluviais e que, pelo que lhe foi dado a saber, é uma obra elogiada por quase todos, deixando o seu agradecimento mais uma vez à Junta de Freguesia de Asseiceira, porque considera que em conjunto se conseguiu fazer um excelente trabalho. -----

----- Em relação ao muro na Estrada da Bairrada trata-se de uma situação que segundo sabe está em abandono há mais de vinte anos e que agora, pela primeira vez, se deu início a um procedimento com vista a resolver definitivamente o problema, notificando-se os proprietários, afixando editais na propriedade para que todos possam ter conhecimento dos procedimentos e das infrações que estão a ser cometidas e estranhou que no momento que se tenta resolver começam a ser feitas pseudo críticas, em vários fóruns do concelho. Reiterou que a intenção da Câmara Municipal é cumprir as suas obrigações, notificar e fazer andar o processo administrativo para que a situação possa ser resolvida. Deu conta que, também sobre esta situação, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira tem tido preocupação constante, assim como de todo o seu executivo e da população, principalmente daquela que confronta com a propriedade. -----

----- Relativamente á transferência de competências para as freguesias disse que existe a sensibilidade para perceber que as Juntas de Freguesia são, a maior parte das vezes, a fonte de solução dos problemas das populações que servem e que, nesse sentido, o Município continuará sempre ao lado das freguesias para a resolução desses problemas e agora para trabalhar em conjunto para que as competências possam ser exercidas com qualidade. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finalizadas as intervenções colocou a votação o Voto de Pesar subscrito por toda a Assembleia Municipal. -----



----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Manuel Cruz da Costa e Jaime Manuel Frazão dos Santos (anexo 4)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- Colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal a proposta da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias de se fazer um minuto de silêncio em memória dos falecidos. A proposta foi aceite por unanimidade dos membros presentes.-----

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio em memória dos falecidos. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório Anual de Atividades 2018 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** -----

----- **Documentos de Prestação Contas 2018 – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 5)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se congratular com a ampliação das creches e o aumento da população jovem, mas também para chamar à atenção para o problema da população idosa e sobre o qual já é hora de a câmara, as juntas e a segurança social fazerem alguma coisa nesse âmbito, até porque existem instalações para o efeito. -----

----- Quanto ao falecimento do Senhor Carlos Manuel disse ter sido uma questão que a emocionou bastante e que muitos daqueles que usufruíram da sua presença e verticalidade não se tenham estado presentes no seu funeral. -----

----- De seguida disse que é do conhecimento público que a CDU não está de acordo com o quadro legislativo que procede á transferência de competências e que visualiza uma outra organização para que as autarquias passem a ter outro nível de responsabilidade. No que se refere à transferência de competências na área da



educação disse que vai envolver uma profundidade de ação, de organização e de resposta muito grande e que espera e quer acreditar que será respeitado o previsto no n.º 2 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que se refere à questão da universalidade e da igualdade de oportunidades para todos. Solicitou que lhe possa ser disponibilizada informação detalhada sobre esta assunção de responsabilidades pelo executivo camarário neste âmbito. Aproveitou ainda para solicitar informação sobre o ponto de situação da Escola Profissional que é da responsabilidade da Câmara Municipal e de qual se fala e se diz que corre sérios riscos. -----

----- Acerca da lista que a CDU ficou de entregar com indicação de questões já dirigidas à Câmara Municipal em várias sessões da Assembleia Municipal e nunca respondidas, reconheceu a sua falta, mas relativamente a este pedido pediu a máxima urgência e que pudesse ser entregue por escrito. -----

----- Para terminar, agradeceu as palavras do Presidente de Junta da Freguesia de Arroquelas sobre o falecimento do seu camarada Rúben de Carvalho, que era apreciado por pessoas de todos os quadrantes pela sua coerência e discurso correto. -

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- Colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal que os pontos IV a VI pudessem ser apresentados e discutidos em conjunto e votados em separado. A proposta foi aceite por unanimidade dos membros presentes. -----

----- **Ponto I – Nomeação de Auditor Externo, nos termos do definido no n.º 3, do art.º 76.º, e no art.º 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se pretende a aprovação da nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes e Associados, SROC, Lda.", como auditor externo, responsável pela certificação legal das contas do município para os exercícios de 2019, 2020 e 2021. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Ponto II – 3ª Revisão ao Orçamento 2019 e às Grandes Opções do Plano (Atividades mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimento)** -----



----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se pretende a aprovação da Modificação Orçamental – 3ª Revisão ao Orçamento e 3ª Revisão às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes 2019, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e a respetiva assunção de compromissos plurianuais para os anos seguintes. -----

----- Disse ainda que se trata da inclusão do projeto de eficiência energética e continuação de investimento na substituição de luminárias, pretendendo-se a renovação e reforço da iluminação pública, sendo que no ano de 2019 se prevê o valor de cinquenta mil euros e para o ano de 2020, novecentos e cinquenta mil euros. Referiu ainda que para além deste projeto esta revisão diz também respeito ao reforço de outros dois, a beneficiação de arruamentos no meio rural no valor de cento e nove mil euros e a prestação de serviços de recolha de RSU - Recolha de Sólidos Urbanos - para os próximos oito anos já que o contrato em vigor termina no início de 2020 e terá que ser aberto novo procedimento. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Iniciou por dizer que se congratula pela substituição que está a ser efetuada e pelos benefícios que traz ao meio ambiente. Solicitou que lhe pudesse ser esclarecido porque é que algumas zonas não foram substituídas na totalidade e ficaram três ou quatro por substituir. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Chamou igualmente à atenção para o facto de em algumas zonas não se fazer a substituição na totalidade e que esta falta de uniformidade, nalguns casos, é perfeitamente caricata, já que em muitos sítios alterna entre uma luz branca e uma luz amarela. Em relação a estes trabalhos disse que a CDU considera que as tradições devem ser mantidas e que foram retirados todos os candeeiros de iluminação pública antigos e colocaram novos sem qualquer dignidade, questionando qual será o destino desses candeeiros antigos. -----

----- Relativamente ao procedimento que irá ser aberto para a recolha de resíduos chamou a atenção para a desigualdade entre a recolha feita na cidade e nos meios rurais quando todos pagam o mesmo tarifário. Considera que, por exemplo, o facto de não haver lavagem de caixotes do lixo no meio rural com a frequência devida é um problema de saúde pública, tal como a quantidade de casas desabitadas e em risco de



ruir. Considera que as pessoas que não tratam das suas coisas têm que ser penalizadas por isso, porque dá origem a graves problemas de saúde pública e infestações que, por vezes, são em zonas sensíveis frequentadas por adultos e crianças. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Questionou a que arruamentos corresponde o reforço de cento e nove mil euros no projeto da beneficiação de arruamentos do meio rural. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

---- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador Luís Filipe Santana Dias para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador da Câmara Municipal para esclarecimento das questões colocadas. -----

----- **Vereador Luís Filipe Santana Dias** -----

----- No que se refere a haver zonas em que a substituição não é total esclareceu que o levantamento inicial que a câmara dispunha na georreferenciação não estava tão completo e que originou estas falhas. Afirmou que esta é uma situação transitória e que será revertida, estando, no entanto, as substituições suspensas já que esta forma de financiamento é um instrumento financeiro que prevê o pagamento com a poupança gerada pela substituição quer do mercúrio quer do sódio pelos LED e que, por isso, há que fazer a substituição programada para se conseguir perceber quanto é poupança gerada. Acrescentou que no fim de colocadas estas cinco mil luminárias será feita uma avaliação durante três meses para averiguar a real poupança e se conseguir encontrar a mensalidade a pagar por este investimento. -----

----- Quanto à substituição dos candeeiros disse tratar-se de um concurso alargado à comunidade intermunicipal, onde foram escolhidos os modelos que seriam colocados e que estão contratualizados e que, para além disso, também já o Presidente da Junta da União de Freguesias da Vila da Marmeleira a Assentiz tinha demonstrado que gostaria de manter as luminárias porque dão uma traça à vila, mas tal não foi possível porque o valor ficava muito mais caro do que umas novas, razão pela qual, não se procedeu à adaptação das luminárias anteriores e foram substituídas. Informou que as antigas estão no estaleiro, nem todas em perfeitas condições, mas que está a ser contabilizado todo o equipamento que é retirado para poder ser realizada uma hasta pública para venda e as que não estão em condições serem enviadas para venda em sucatas. -----

----- Relativamente à recolha de resíduos disse que está a ser elaborado um novo



procedimento para vários anos, que o formato que hoje existe foi aquele que foi escolhido em tempos mais difíceis, mas que espera que o novo contrato possa prever mais lavagens e para a recolha ser, pelo menos, bissemanal nas zonas rurais. Acrescentou ainda que tem havido também uma maior atenção em zonas sensíveis, por exemplo, junto a lares, fábricas, etc., fazendo recolhas pontuais de reforço para que a situação não se complique. -----

----- Quanto ao reforço para a beneficiação de arruamentos esclareceu que é para um arruamento em Assentiz, Rua Manuel Sequeira Nobre, sendo que toda esta rua vai ser alvo de beneficiação do pavimento e também substituída a conduta de água, que se encontra num estado deficitário, com muitos remendos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido se aquilo que foi dito é que será preciso um período de três meses, pelo menos, para fazer as contas entre o consumo atual e o consumo antigo, quando é sabido que vai haver redução o consumo de energia, porque se assim não fosse não se optaria por essa solução. Não compreende porque são precisos três meses para saber que o consumo vai ser menor e se o contrato prevê efeitos retroativos. -----

----- **Vereador Luís Filipe Santana Dias** -----

----- Esclareceu que este período serve para apurar o diferencial entre o que se paga atualmente e o que se irá pagar após a substituição das luminárias e que vai servir para amortizar o investimento realizado. Disse que o pagamento será feito com dinheiro do Município, como é óbvio, que tem o investimento feito no seu território e que se espera que a vida útil dos equipamentos seja bastante superior ao período de amortização para que possa efetivamente haver uma poupança para o Município. Acrescentou ainda que os consumos são os consumos reais na data antes da intervenção e os consumos reais após a intervenção. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Interveio apenas para dizer que este tipo de investimentos, embora resulte de diretivas da União Europeia, não são financiados sendo este um instrumento financeiro que é pago com a poupança e onde os números são sempre reais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (30 presenças). -----



----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa**
que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu sei que não gostam muito, mas temos que ser sempre iguais a nós próprios. Três Assembleias, três alterações. Três Assembleias, três alterações e estamos quase em crer que na próxima Assembleia haverá outra alteração. Portanto, é verdade, pese embora os esclarecimentos dados pelo Senhor Vice-Presidente, isto só demonstra uma coisa: este Executivo governa à vista.” -----

----- **Ponto III – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Ano de 2018**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a apreciação e aprovação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2018. -----

----- Acrescentou ainda que esta prestação de contas é feita no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e é uma obrigação do Executivo Municipal, e que se verifica que as mesmas permanecem próximas dos valores das contas do Município, significando isso que o peso relativo das contas da DESMOR, EM SA e da Escola Profissional de Rio Maior é reduzido no universo das contas do Município. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Questionou qual a estratégia no que se refere à empresa participada do Município, a Depomor - Desenvolvimento E Progresso De Rio Maior S.A, em face dos prejuízos recorrentes ao longo dos diversos exercícios e no sentido de se conseguir que a gestão seja financeiramente viável. Afirmou que não há ninguém mais interessado na realização de investimento naquele parque que o município e os próprios riomaiorenses, porque é multiplicador e que o que transparece dos números em análise é que só o município mesmo é que está empenhado no desenvolvimento e na sustentabilidade desta empresa e que os outros sócios não estarão assim tão empenhados. -----

----- **Deputada Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente à DEPOMOR disse que é estranho que uma empresa ao longo de vários anos apresente constantemente resultados negativos e que embora esses



resultados possam ser amenizados com a venda de alguns lotes, esta não pode ser considerada como um dado adquirido e sim uma previsão e, nesse sentido, questionou igualmente se existe alguma estratégia para tornar o Parque de Negócios uma empresa viável e rentável. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que o único negócio desta empresa é vender lotes de terreno e que, infelizmente, pelo tempo que demorou o seu licenciamento, o seu funcionamento em pleno após licenciada em 2009 começou em plena crise financeira do país. Lembrou que não obstante esta situação o Município de Rio Maior tem conseguido fixar algumas empresas sem ter que adquirir terrenos para o efeito exatamente por existirem aqueles lotes disponíveis para instalação das empresas, evitando esses gastos e, assim sendo, o único investimento que tem sido feito é a cobertura de prejuízos que, comparado com outro tipo de investimento, é residual. -----

----- Lembrou que aquele parque foi licenciado como uma área de localização empresarial e que, neste momento, é uma Zona Empresarial Responsável (ZER) e informou que há muito pouco tempo os onze municípios tiveram a oportunidade de receber o Secretário de Estado da Economia e o Presidente do IAPMEI, para se perceber qual a a posição de cada um dos municípios desta sub-região do Ribatejo. Continuou dizendo que a Câmara Municipal conseguiu fixar algumas empresas naquele parque e recentemente a empresa da Generis, como é do conhecimento público, através de um negócio no montante de um milhão e trezentos mil euros aproximadamente, já liquidado na íntegra, estando agora a ser preparada a construção da unidade que tem já o projeto. Disse ainda que existe um conjunto de outros possíveis investidores em carteira. -----

----- Quanto à questão estratégica relativamente a empresa, lembrou que a Câmara Municipal tem 26,04 % das ações, o Grupo Lena tem 40%, o NERSANT tem 11% e a IMOCOM tem 11%, e que compete ao conselho de administração e aos sócios definir essas estratégias, que pode eventualmente passar por o Município aumentar a sua participação. Referiu que brevemente se realizará a assembleia geral e que esta poderá ser determinante. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (30 presenças). -----



----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei favoravelmente porque as contas espelham naturalmente o exercício, mas gostava de dizer que discordo da estratégia da gestão que levam estas contas.” --

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós deixamos isto em declaração de voto e optámos por não intervir, portanto esta declaração de voto tem três pontos claros. E um primeiro, é para mostrarmos o nosso desagrado, e estranharmos, um facto que, em nosso entender, não deverá admitir-se e que só não consideramos de outra forma, porque admitimos seja um lapso, dado que o documento que foi entregue aos eleitos com assento nesta Assembleia Municipal, integre documentos que não estão assinados. Isto retira-lhe a sua validade formal e, em nosso entender, é um desrespeito para com a Assembleia Municipal, mas não queremos deixar de dizer também na declaração de voto, que admitimos que se trate de um lapso. Uma segunda linha em declaração de voto, para dizer que a razão pelo qual nos mantivemos como “abstinhas” não está no facto de pôr em causa a qualidade técnica dos profissionais que elaboraram este documento e aqui, uma vez mais como já fizemos, damos os parabéns pela sua qualidade e excelência. A terceira linha, a nossa posição de nos abstermos na aprovação deste ponto também teve muito a ver, entre outros, pelo facto de os documentos entregues anunciaram que a DEPOMOR não entregou a tempo, não disponibilizou a tempo as contas de 2018, como consta da página 18. Ingenuamente sempre que se questionará qual o tipo de contas consolidadas que este documento pode apresentar, pese embora ter sido adotado um método de equivalência, não sendo justificação o facto de se dizer que este facto de não disponibilização das contas do ano 2018 pela DEPOMOR é insignificante, nem o achamos insignificante e nem achamos que tenham tanto que fazer, que não possam fazer as coisas a tempo e horas como os outros fazem. Talvez seja de facto o momento da Câmara, o Executivo Camarário aumentar a sua posição e tomar as rédeas do processo de uma outra maneira.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que, segundo informação dos serviços, o documento foi enviado sem assinatura para cumprimento dos prazos e que neste momento o original assinado já consta do processo existente nos serviços. De qualquer forma disse entender a posição



manifestada, que não se trata de nenhuma desconsideração pelos membros da Assembleia Municipal e que não voltará a acontecer. -----

----- De seguida informou que nos pontos que se seguem o que está em causa é a deliberação, pela Assembleia Municipal, da transferência de competências para as autarquias e entidades intermunicipais ao abrigo de diversas disposições legais e a votação da proposta da Câmara Municipal no sentido de não serem aceites. Deu a palavra à Presidente da Câmara para apresentação dos pontos IV a VI. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

-----Referindo-se a todos os pontos em discussão disse que sobre o ponto V e VI não tem muito a dizer porque se tratam de matérias que para o município são pouco relevantes, mas que sobre o ponto IV, referente à área da saúde, tem algo a dizer, salientando mais uma vez que, a continuar esta política, estas competências em 2021 passarão efetivamente para o município. Sobre esta transferência disse ainda que este não seria o formato inicial para a concretização das competências e que disso é exemplo o ofício recebido da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) que veio informar os municípios da alteração dos prazos para aceitar ou não esta competência para 2019 e 2020, ressaltando que assim foi porque as questões colocadas na área da saúde nunca tiveram resposta. Continuou dizendo que ao passo que na área da educação foram colocadas questões e que estas foram respondidas, na área da saúde há um desconhecimento acerca de vários assuntos como o pessoal não profissional, as intervenções nos edifícios e se haveria o apoio nessas intervenções, entre outras, e que até ao momento não foram respondidas. Em face desta situação, considera que a melhor decisão será não aceitar, para já, as competências nesta área e ter uma posição responsável face a uma realidade desconhecida, se bem que o município já fez uma previsão de contas e já foram enviadas. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Após a apresentação dos pontos, abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal nos pontos IV a VI. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Não havendo intervenções sobre os pontos em discussão, o Presidente da Assembleia Municipal colocou-os à votação separadamente. -----



----- Ponto IV – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde)-

----- Colocado a votação, foi deliberado **por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 5 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, António Manuel da Silva Moreira, Filipe Vicente Martins, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Jorge Henrique Marcelino Paiva (29 presenças), seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, para o ano de 2019, nos termos do n.º 2 do artigo 28º do mesmo diploma.. -----

----- Ponto V – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30 de abril (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do Transporte em vias navegáveis interiores) -----

----- Colocada a votação, foi deliberado **por unanimidade** dos presentes (29 presenças), que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 58/2019, de 30 de abril, para o ano de 2019, nos termos do n.º 2 do artigo 12º do mesmo diploma. -----

----- Ponto VI – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 72/2019 de 28 de maio (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuárias) -----

----- Colocada a votação, foi deliberado **por unanimidade** dos presentes (29 presenças), que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 72/2019, de 28 de maio, para o ano de 2019, nos termos do n.º 2 do artigo 15º do mesmo diploma. -----

----- Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa que se transcreve na íntegra: -----

----- “A declaração de voto é no sentido de, como já é do conhecimento geral a CDU está contra este quadro legal de transferências de competências e acredita, firmemente, que com as eleições esta legislação não venha a ser aplicada em 2021, como a Senhora Presidente há pouco disse, automaticamente, não venha a ser aplicado, e lamentamos



só que, sendo que existe uma lei, que é a Lei 50/2018, já sobre esta matéria, relativamente a estas transferências de competências aqui só seja focado para o ano de 2019 e não se avance já para a mesma posição relativamente ao ano de 2020.” -----

----- Ponto VII – Contrato interadministrativo de delegação de competências para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no âmbito das instalações de armazenamento e postos de abastecimentos de combustíveis -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da celebração do Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da análise dos projetos de especialidade, vistoria e fiscalização de instalações de armazenamento e postos de abastecimento de combustíveis, a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), nos termos do da alínea K) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 7 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Jorge Henrique Marcelino Paiva, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “É conhecida a posição da CDU relativamente à delegação de competências para as CIM’S, pois nós consideramos que estas não são órgãos do poder local eleitos e sufragados pelo povo e, por acaso, no decorrer desta Assembleia já se deu uma imagem do desconhecimento das CIM’S em relação às autarquias no caso das luminárias. Especificamente contra esta decisão, ela pressupõe um aumento de preços das taxas para a comunidade riomaiorense e simultaneamente a perda da capacidade instalada, razão que nos fez, primeiramente, votar contra.” -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____